



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de  
Regularização Ambiental**

**Processo** nº 1370.01.0041390/2022-80

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2022.

**Procedência: Despacho nº 1464/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA**

**Destinatário(s): SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de  
Controle Processual**

**Assunto:** Arquivamento do processo SLA 354/2022 - Município de Conselheiro Lafaiete/MG

### **DESPACHO**

Prezada,

Em 26/01/2022, foi formalizado, via sistema de licenciamento ambiental (SLA), o processo de licenciamento ambiental nº 354/2022, do município de Conselheiro Lafaiete/MG, na modalidade de licenciamento ambiental simplificado (LAS), via relatório ambiental simplificado (RAS). As atividades que o empreendimento pretende realizar foram enquadradas pela Deliberação Normativa (DN) Copam 217/2017 como:

- "Aterro de resíduos da construção civil (classe "A"), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação" (código F-05-18-0), com capacidade de recebimento de 100 m³/dia; e

- "Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos", com capacidade de recebimento de 100 m³/dia.

Em 20/06/2022 foi enviado, via SLA, pedido de informações complementares (IC) ao empreendimento contendo 12 solicitações, com prazo de entrega de 60 dias (19/08/2022).

No pedido de informações nº 07, foi solicitado ao empreendedor:

- Considerando que foi informado que os efluentes sanitários serão lançados *in natura* na rede da COPASA, apresentar declaração da concessionária atestando o recebimento e o tratamento deste efluente, conforme documento SEI 52291600.

Em resposta, foi apresentada declaração da COPASA na qual foi informada a viabilidade técnica para o esgotamento sanitário, todavia, não foi informada nesta declaração a viabilidade quanto ao tratamento do efluente. Assim, a resposta apresentada não atendeu ao que foi solicitado.

No pedido de informações nº 10, foi solicitado ao empreendedor:

- **Considerando a presença de residências no entorno do empreendimento**, apresentar proposta de monitoramento das emissões dos particulados a serem gerados em função da operação do empreendimento. Esta proposta deverá conter:

a) mapa em imagem de satélite os contendo os pontos dos locais onde o monitoramento será realizado.

b) tabela contendo as coordenadas geográficas da localização dos pontos de monitoramento.

Em resposta, foram apresentados o mapa e a tabela conforme documento SEI 52291914. Todavia, os pontos de monitoramento se encontram dentro da área de operação do empreendimento. Considerando que a função deste monitoramento é medir o possível impacto da geração de particulados nas moradias localizadas no entorno do empreendimento, a proposta apresentada não atende ao que foi solicitado.

No pedido de informações nº 12, foi solicitado ao empreendedor:

- Considerando que foi informado no RAS que a implantação do aterro na área da voçoroca irá “diminuir significativamente o desprendimento de material – escoamento superficial em período chuvoso para o **córrego Amaro Ribeiro**, evitando assim o assoreamento desse córrego”, apresentar proposta de monitoramento da qualidade das águas deste córrego **contendo no mínimo dois pontos, montante e jusante**.

Esta proposta deverá conter:

a) mapa em imagem de satélite contendo o traçado do curso de água com os pontos onde o monitoramento será realizado.

b) tabela contendo as coordenadas geográficas da localização dos pontos de monitoramento.

Em resposta, foram apresentados o mapa e a tabela conforme documento SEI 52292012. Ressalta-se que no RAS foi informada a presença apenas do curso de água denominado córrego Amaro Ribeiro, mas na resposta apresentada foram contemplados no mapa dois córregos, todavia, foram inseridos apenas um ponto de monitoramento em cada um deles (P1 e P2). Assim, considerando a inexistência de ponto à jusante, não há como se executar o monitoramento da qualidade das águas destes cursos de águas em função de não haver objeto de comparação. Deste modo, esta proposta também não atende ao que foi solicitado.

Destaca-se que a DN Copam 217/2017, em artigo 26 dispõe que:

Art. 26 – Durante a análise do processo de licenciamento ambiental, caso seja verificada a insuficiência de informações, documentos ou estudos apresentados, o órgão ambiental estadual deverá exigir sua complementação, exceto nos casos que ensejem o arquivamento ou o indeferimento de plano.

§1º – As exigências de complementação de que trata o caput serão comunicadas ao empreendedor em sua completude **uma única vez**, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes verificados pela equipe técnica e devidamente justificados nos autos do licenciamento ambiental. (grifo nosso)

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 26 da DN Copam 217/2017, solicita-se avaliação quanto à possibilidade de arquivamento do processo nº 354/2022, do município de Conselheiro Lafaiete/MG.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Martins Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 30/08/2022, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Rodrigues Brito Ibrahim, Diretora**, em 30/08/2022, às 21:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **52291415** e o código CRC **796AED35**.

**Referência:** Processo nº 1370.01.0041390/2022-80

SEI nº 52291415



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de  
Controle Processual

**Processo** nº 1370.01.0041390/2022-80

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2022.

**Procedência:** Despacho nº 1082/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP

**Destinatário(s):** SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Superintendência Regional  
de Meio Ambiente

**Assunto:** Sugestão de arquivamento do Processo SLA 354/2022

### DESPACHO

Prezado Sr. Superintendente,

**CONSIDERANDO** toda a fundamentação exposta no Despacho nº 1464/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA (52291415), elaborado pela equipe técnica da DRRA;

**CONSIDERANDO** a fundamentação legal contida no art. 26 e parágrafos, da DN 217/2017, bem como na IS SISEMA nº 06/2019 (tópico 3.4.1.);

**CONSIDERANDO** que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei nº 14.184, de 31.01.2002);

Sugerimos o **arquivamento** do processo de licenciamento ambiental SLA 354/2022, do empreendedor Município de Conselheiro Lafaiete, CNPJ 19.718.360/0001-51.

O processo deverá ser encaminhado à Diretoria de Fiscalização para apuração de eventuais infrações ambientais.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luisa Ribeiro Teixeira Baptista, Servidor(a) Público(a)**, em 31/08/2022, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Aparecida Sezini, Diretora**, em 31/08/2022, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **52316659** e o código CRC **B4FA1D5D**.

---

**Referência:** Processo nº 1370.01.0041390/2022-80

SEI nº 52316659



## DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MUNICIPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

CNPJ/CPF : 19.718.360/0001-51

Empreendimento : Área de Transbordo e Triagem dos Resíduos da Construção Civil

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira número/km 10 Bairro Centro Cep 36400-026 Conselheiro Lafaiete - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Conselheiro Lafaiete (LAT) -20.6991, (LONG) -43.8142

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 354/2022

### Motivo da decisão:

Em 20/06/2022 foi enviado, por meio do SLA, pedido de informações complementares (IC) ao empreendedor, contendo 12 solicitações, com prazo de entrega de 60 dias (19/08/2022). Ao receber os documentos por parte do empreendedor, a equipe técnica da DRRRA constatou que várias informações complementares não atenderam ao que foi solicitado/foram prestadas de forma insatisfatória. Deste modo, considerando o disposto no caput do art. 26, e seu §5º, da DN Copam 217/2017, bem como o disposto na IS SISEMA 06/2019, em seu tópico 3.4.1, promove-se o arquivamento do processo de licenciamento ambiental SLA 354/2022, do empreendimento Município de Conselheiro Lafaiete.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Belo Horizonte, 01/09/2022.

Documento assinado eletronicamente por CHARLES SOARES DE SOUSA, Superintendente, em 01/09/2022 13:15 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.



